

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



MOBILIZAÇÃO PELO ACORDO COLETIVO 2014

Está tudo pronto para darmos a largada em nossa campanha salarial.

O sindicato organiza toda a estrutura necessária à mobilização da categoria e os trabalhadores definiram a pauta de reivindicações que serão negociadas com a direção da Copasa.

Participe e fortaleça a luta pelos nossos direitos!



ASSEMBLEIAS EM TODO O ESTADO

De 10 a 14/março, 8 horas: distritos do interior e da RMBH

Dia 14/março, 12h30: Regional - Sede do SINDAGUA



Na **página 3**, a Pré-Pauta de reivindicações para deliberação nas assembleias. Confira e apresente sua proposta.

DE SOL A SOL...

Verão exige cuidados redobrados com a pele



A Copasa sabe disto, mas é custoso garantir o protetor solar. **Página 4**

Assembleia define o Congresso da categoria para o início de abril

Os trabalhadores aprovaram em assembleia realizada no último dia 18 de fevereiro a realização do VI Congresso dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento de Minas Gerais - VI Contsemg, que será realizado na Escola Sindical 7 de Outubro nos dias 4 a 6 de abril próximo.

Na assembleia, foi aprovado o Regimento Interno do Contsemg e eleita a sua coordenação. O tema definido para Congresso é «O Combate ao Projeto Neoliberal no Saneamento em Minas Gerais».



As teses para apresentação no Congresso devem ser enviadas até 17 de março, pelo e-mail:

congresso@sindagua.com.br

8 DE MARÇO UMA LUTA DE TODO DIA!

As mulheres engajadas para garantir seus direitos sociais e no trabalho



Diretoria plena do SINDÁGUA define a campanha salarial 2014

Em reunião nos últimos dias 17 e 18 de fevereiro, a Diretoria Plena do SINDÁGUA deu a largada para a Campanha Salarial 2014. Participaram ainda da reunião o diretor do Sindieletrô, Jefferson Leandro, que abordou os graves problemas enfrentados pelos



Zé Maria, presidente do SINDÁGUA

eletricitários nas negociações com a Cemig, e o economista, técnico do Dieese, Fernando Duarte, explanando sobre o balanço financeiro da Copasa e as perspectivas da próxima negociação do Acordo Coletivo de Trabalho.

O presidente do Sindicato, José Maria Santos, alertou sobre as constantes reclamações dos trabalhadores pela falta de investimentos, estrutura física a cada dia mais precarizada nos distritos da capital e interior do Estado, bem como o não cumprimento das progressões, desvios de funções e demais acertos prometidos referentes ao PCCS.

Ficou claro nas avaliações realizadas na reunião que deveremos ter neste ano um dos momen-

tos de maior mobilização da categoria, para forçarmos um atendimento melhor da pauta de reivindicações da categoria. Em um paralelo às negociações entre os eletricitários e a direção da Cemig, que cedeu nas negociações

apenas com uma gigantesca exposição da empresa junto à opinião pública sobre sua precarização, na Copasa enfrentamos situação semelhante em função do volume cada vez maior de terceirização, contratos de

Parceria Público Privada (PPP), que ameaçam a todos e a manutenção pela empresa de uma inflexibilidade ao diálogo com a representação dos trabalhadores.

José Maria lembrou, que a exemplo de anos anteriores, a empresa receberá a pauta de reivindicações com um tempo hábil suficiente para estudar e responder de forma objetiva e rápida aos trabalhadores. "Nos mantemos escancarados ao diálogo e entendimento e confiamos na mobilização dos companheiros, que sempre responderam à altura pela defesa dos direitos da categoria", afirma Zé Maria.



Trabalhadores preparam nova mobilização para o Acordo Coletivo

Desempenho operacional segura evolução da empresa

Alguns números preliminares já identificados para nossa campanha já dão conta de uma concreta possibilidade a um melhor atendimento da empresa às nossas reivindicações.

A evolução do INPC acumulado não promete muita surpresa, com o controle inflacionário implementado pelo Governo Federal. Numa estimativa do Dieese de 0,73% para fevereiro e 0,59% tanto para março quanto para abril, o INPC acumulado em um ano, desde a última data-base ficará em torno de 5,47%.

Este percentual, no entanto, precisa ser acrescido com o desempenho dos trabalhadores, que permite um ganho real. Para um crescimento do número de funcionários de apenas 2,96% na Copasa, a receita operacional bruta evoluiu 8,65%, com um aumento de produtividade de 5,5%. O número de ligações de água saltou 3,6% e o de esgoto, 6,47%. Com isto, o volume faturado de água e esgotos teve uma elevação de

3,25%, sendo, separadamente, de 2,55% para a água e de 4,33% no esgoto.

Um extenso trabalho está sendo elaborado pelo Dieese, que participará junto com a direção do SINDÁGUA da mesa de negociações do Acordo Coletivo 2014.



SINDÁGUA MG DATA BASE 2014

PRE-PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA COPASA PARA APRECIÇÃO NAS ASSEMBLEIAS

CLÁUSULAS INSTITUCIONAIS:

01. Garantir a Data Base em 1º maio, assegurando retroatividade de todas as reivindicações não efetivadas até a data de 30 de abril do ano de 2014;
02. Garantia de emprego;
03. Manutenção das conquistas anteriores, naquilo que não contradizer com o presente acordo;
04. Eleger entre os empregados, um representante no Conselho de Administração da COPASA.
05. Encerrar as contratações de terceiros para as atividades fins da empresa, através de termo de ajuste de conduta com intermediação do Ministério Público do Trabalho;
06. Reposição das vagas abertas pelo PDV e cargos vagos, através de convocação dos aprovados no concurso público.

CLÁUSULAS ECONÔMICAS:

07. Recompôr os salários de seus empregados pela inflação medida pelo INPC, calculada entre os meses de maio de 2013 a 30 de abril de 2014;
08. Aplicar sobre os salários bases, depois de reajustados, ganho real tendo como referência o crescimento da receita da COPASA, conforme estudos a serem apontados pelo DIEESE;
09. Acrescer aos salários, percentual a título de "produtividade no trabalho", considerando, à variação do crescimento da Empresa no ano passado, conforme estudos do DIEESE, que aponta
10. Que o Lucro (PL) distribuído para aos trabalhadores seja de 25% equivalente ao percentual distribuído aos acionistas, ou seja, sobre 35%(trinta e cinco por cento), além da revisão dos indicadores que compõem a cesta da PL, através de comissão paritária.

CLÁUSULAS DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS:

11. Reavaliar as Carreiras e a Tabela Salarial, adequando as novas realidades da Copasa, do Mercado de Trabalho e das melhores Empresas de Saneamento do Brasil.
12. Alteração automática do empregado no cargo de Servente para Oficial, após 5 anos de atividade;
13. Inclusão no PCCS, das progressões verticais, com critérios para promoção por mérito e antiguidade;
14. Fim da classificação por porte da questão salarial, trabalhadores que executam as mesmas tarefas e tem as mesmas atribuições no cargo e ganham salários diferentes;
15. Definir política de adequação e valorização dos técnicos de nível médio, nivelando salários, responsabili-

dade técnica e/ou administrativa, tanto para as áreas operacionais como para as áreas administrativas;

16. Para os empregados escalados nas liberalidades em emendas de feriados, que suas horas trabalhadas sejam computadas/pagas como hora extra;
17. Definir gratificação a título de Penosidade para os serviços externos;
18. Prêmio motivacional por condução de veículos seja reajustado em 50%;
19. Que o parcelamento do pagamento das férias (Cláusula 22 - Parágrafo 3º) por opção do empregado seja descontado sem considerar a margem do saldo consignado;
20. Rever a política de trabalhos em locais isolados.
21. Gratificação de cargo, estender aos encarregados de setores.

CLÁUSULAS DE BENEFÍCIOS:

22. Correção de todos os benefícios constantes do Acordo Coletivo anterior, pagos pela empresa pelo dobro do INPC, apurado no período de 01 de maio de 2013 a 30 de abril de 2014;
23. Equiparar o valor do auxílio creche, concedido às empregadas e os empregados, igualando os valores pagos aos filhos na idade de 2 anos a todos os filhos até a idade de 7 anos, bem como, a manutenção do valor para os períodos de afastamentos, quando é mais necessário um auxiliar para o acompanhamento dos filhos;
24. Extensão do direito a Cesta de Natal para todos os empregados da COPASA;
25. Isenção da participação da contribuição dos empregados na cesta básica;
26. Manter a cesta básica, durante todo o período de afastamento médico do empregado (a);
27. Implantação do Vale Cultura para beneficiar os empregados e dependentes.
28. Vale transporte para todos os funcionários sem ônus;
29. Implantação do Vale Combustível para os empregados que não utilizam o Vale Transporte, ou os que assim desejarem.

CLÁUSULAS DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL:

30. Liberação de 10(dez) Dirigentes Sindicais pela empresa para prestação de serviços a entidade sindical com ônus totais pela empresa;
31. Liberação dos Dirigentes Sindicais de Base, em 40 horas mensais, para visitas, acompanhamento e palestras junto aos trabalhadores nas diversas localidades de sua representação na COPASA.

FIQUEM ATENTOS ÀS DATAS DAS ASSEMBLEIAS NO SEU LOCAL DE TRABALHO

Cartilha da CUT retrata a luta das mulheres

O trabalho original está postado nos sites da central e do SINDÁGUA

O 8 de março é uma data de luta, marcada por manifestações que levantam bandeiras feministas em defesa da igualdade, liberdade e autonomia. Nós, mulheres da Central Única dos Trabalhadores, estamos nesse movimento!

Estamos nas ruas e sindicatos para reivindicar que o desenvolvimento econômico do Brasil seja acompanhado pela geração de postos de trabalho de qualidade, com proteção social para homens e mulheres. Para defender nosso direito de ocupar todos os cargos e profissões, com igualdade de oportunidades e salários em relação aos homens.

Nós queremos liberdade para nos manifestar, sindicalizar, votar e sermos votadas. Como militantes do movimento sindical e feminista, atuamos para construir uma sociedade justa e igualitária, com trabalho decente e condições dignas, sem assédio moral ou exploração sexual.

Nesse 8 de março, estamos nas ruas para dizer que NÃO aceitaremos qualquer imposição de padrões de beleza, sexualidade ou comportamento.

IGUALDADE

Nos chama a atenção a pouca presença de mulheres nos espaços de representação formal e nos partidos políticos, ainda que seja incontestável sua capacidade em exercer funções de poder e decisão.

Queremos igualdade de acesso e permanência no mercado formal de trabalho.

Igualdade em relação à justiça, ao acesso à terra, aos serviços públicos. E, para isso, demandamos políticas públicas que garantam direitos e deveres iguais, compartilhados entre homens, mulheres e Estado.

Creche: um direito da criança e da família e dever do Estado

O cuidado com as crianças não é responsabilidade exclusiva das mulheres e deve ser partilhado com toda a sociedade. Cobramos dos governos estaduais e municipais creches públicas e de qualidade, que atendam às reais necessidades das crianças e da família.

Paridade



Conquistamos a paridade na composição das direções executivas da CUT. Agora o desafio é implementá-la no 12º CONCURTO, em 2015. Queremos ainda a real representatividade das mulheres em outros espaços de poder e decisão. As mulheres representam apenas 9% da Câmara Federal e 12% do Senado Federal e nosso chamado é pela ampliação da participação das mulheres na política.

Direitos das Trabalhadoras

Domésticas

Conquistamos a regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas, como a redução da jornada de trabalho, o direito ao FGTS e ao seguro desemprego. Isto para que a categoria tenha os mesmos direitos conquistados pelos demais trabalhadores.

Mudança no sistema político brasileiro

Defendemos o fortalecimento do papel da sociedade civil organizada no controle social do Estado, regras mais democráticas para as eleições – com financiamento público de campanha e igual repartição dos recursos entre homens e mulheres. Por isso, participamos da construção do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político.

LIBERDADE

A liberdade pressupõe condições sociais, políticas e econômicas para que seja desfrutada como um direito. Cabe ao Estado garantir essas condições. Somente seremos livres quando tivermos uma vida em que não sejamos consideradas propriedades de outra pessoa.

Combate à Violência contra as Mulheres

O Estado deve ter políticas públicas de prevenção e atendimento a toda forma de violência contra as mulheres. Não queremos que a violência se mantenha como parte do nosso cotidiano.

Aborto Legal e Seguro

Descriminalizar o aborto significa permitir que a decisão de levar ou não uma gravidez adiante seja das mulheres e, assim, impedir que milhares de mulheres morram ou sejam presas por terem

interrompido uma gravidez não desejada. O Estado tem o dever de garantir o aborto em condições seguras e o atendimento integral à saúde das mulheres.

Democratização da Comunicação

Para rompermos estereótipos e padrões que mercantilizam e exploram nossos corpos, é necessária também uma profunda democratização dos meios de comunicação, com liberdade de expressão e de informação.

AUTONOMIA

Devido à necessidade de aliar o trabalho profissional e o doméstico, as mulheres costumam se inserir em empregos precários, com jornadas parciais ou contratos temporários, muitas vezes expostas a agressões e assédios sexuais e morais.

Nós questionamos o modelo de sociedade que valoriza somente o trabalho realizado na esfera do mercado. Nosso trabalho não remunerado deve ser valorizado e compartilhado com os homens e reconhecido pelo Estado.

Fim das Terceirizações e Precarizações

Criação de empregos formais e de qualidade. Grande número de mulheres trabalha em segmentos com baixos salários, sem os direitos formais garantidos em lei e em setores pouco valorizados.

Seguridade Social Universal

Independentemente de ter vínculo empregatício ou ter contribuído para a previdência social, as pessoas tem direito a um sistema de proteção social que ofereça saúde e renda e garanta condições dignas de vida e envelhecimento.

Soberania Alimentar e Energética

Nossa luta é pelos bens comuns: floresta, água, sementes, saúde e educação, e para que os recursos naturais sejam administrados pelos povos dos territórios aonde se encontram, levando em conta a preservação e sustentabilidade. A expansão das relações de mercado atingiu o campo, áreas indígenas e quilombolas, contaminando as águas, impondo a utilização de sementes transgênicas, da monocultura e do agronegócio. Natureza não é mercadoria. Exigimos alternativas de preservação da soberania alimentar e energética.

O câncer de pele é ameaça constante quando falta a proteção adequada

A empresa reconhece os riscos do câncer de pele, mas continua precarizando o fornecimento de protetor solar

Os trabalhadores já reclamaram diversas vezes ao sindicato para a dificuldade em conseguir equipamentos de segurança no trabalho. Faltam EPIs em inúmeras localidades.

Uma das maiores reclamações é quanto ao não fornecimento de protetores solar para os trabalhadores que exercem atividade externa.

O boletim "Gota d'Água" publicou matéria de página inteira sobre os graves problemas na pele por causa da incidência de sol. Nesta matéria temos algumas orientações sobre cuidado

com a hidratação e necessidade de procurar o dermatologista nos primeiros sinais de alterações na pele.

Não se fala, no entanto, de procedimentos para que os trabalhadores que exercem atividade debaixo do sol possam adquirir os equipamentos necessários, desde bonés, protetores para pescoço e orelhas e, principalmente, os protetores solares.

Muitos trabalhadores continuam a reclamação de não terem os protetores sempre disponíveis, quase sempre precisando tirar dinheiro do próprio bolso para adquiri-los.

